

“SISTEMA DE INCENTIVOS EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO E CRIATIVO”

Fase de candidaturas POR Lisboa: 16 de janeiro de 2018 a 05 de março de 2018 (19h)

Porto

Largo Luís de Camões, Edifício Rainha,
9º Andar, Sala 1
3720-232 Oliveira de Azeméis - Portugal

Lisboa

Rua Fradesso da Silveira,
n. 4, Piso 3B,
1300-609 Lisboa

Última versão atualizada a 17 de janeiro de 2018

T. +351 256 092 076
T. +351 210 337 709
E. geral@scopeinvest.pt
www.scopeinvest.pt

Índice

1. *Enquadramento*
2. *Tipologia das Operações*
3. *Condições de elegibilidade: Beneficiários*
4. *Condições de elegibilidade: Operações*
5. *Critérios específicos de acesso*
6. *Forma, nível e limites do apoio*
7. *Despesas elegíveis*
8. *Mérito do Projeto*
9. *Serviços Scope Invest*

1. Enquadramento

O objetivo específico deste concurso consiste em conceder apoios financeiros a projetos de Empreendedorismo Qualificativo e Criativo que contribuam para:

- A **promoção do espírito empresarial**, facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas.

Pretende-se reforçar os níveis de empreendedorismo qualificado e criativo (incluindo empreendedorismo de base tecnológica), através de apoios diretos aos empreendedores, favorecendo a emergência de novas oportunidades de negócios, nomeadamente em **domínios criativos e inovadores** e o nascimento de mais empresas em **setores de alta e média-alta tecnologia**.

1. Enquadramento (continuação)

O Empreendedorismo Qualificado e Criativo também inclui as atividades das indústrias culturais e criativas, que fazem da utilização da **criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual**, os recursos para produzir bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis com significado social e cultural (como sejam as artes performativas e visuais, o património cultural, o artesanato, o cinema, a rádio, a televisão, a música, a edição, o software educacional e de entretenimento e outro software e serviços de informática, os novos media, a arquitetura, o design, a moda e a publicidade).

2. Tipologia das Operações

São suscetíveis de apoio os projetos individuais de Empreendedorismo Qualificado e Criativo nas seguintes tipologias:

- A criação de empresas que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as integradas em indústrias criativas e culturais, e ou **setores com maior intensidade de tecnologia e conhecimento**;
- A criação de empresas que **valorizem a aplicação de resultados de I&D** na produção de novos bens e serviços.

3. Condições de elegibilidade: Beneficiários

Os beneficiários são as **Pequenas e Médias Empresas (PME)** de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, **criadas há menos de dois anos**, que devem cumprir as seguintes condições:

- a) Encontrar-se legalmente constituído;
- b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade;
- c) Possuir a situação regularizada face à administração fiscal, à segurança social e às entidades pagadoras dos incentivos;
- d) Possuir ou assegurar os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento do projeto;
- e) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- f) Não ser uma empresa em dificuldade;
- g) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno;
- h) Declarar que não tem salários em atraso;

3. Condições de elegibilidade: Beneficiários (continuação)

- i) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada (autonomia financeira de 15%);
- j) Ter concluído os projetos aprovados ao abrigo da presente medida para o mesmo estabelecimento da empresa, exceto no caso de projetos do regime contratual de investimento;
- k) Não ter encerrado a mesma atividade, ou uma atividade semelhante, no Espaço Económico Europeu nos dois anos que antecedem a data de candidatura ou que, à data de candidatura, tenha planos concretos para encerrar essa atividade no prazo máximo de dois anos após a conclusão do projeto a apoiar.

4. Condições de elegibilidade: Operações

Os critérios de elegibilidade dos projetos são os seguintes:

- a) Demonstrar a viabilidade económico-financeira e que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, incluindo o financiamento por capitais próprios;
- b) Demonstrar o efeito do incentivo;
- c) No que respeita aos investimentos no setor do turismo, encontrar-se o respetivo projeto de arquitetura aprovado pela edilidade camarária competente nos casos em que seja legalmente exigida a instrução de um procedimento de licença administrativa, ou ter sido apresentada a comunicação prévia na referida edilidade camarária nos casos em que seja legalmente permitido o procedimento de comunicação prévia, ambos à data da candidatura e devidamente instruídos com os pareceres legalmente exigíveis;
- d) No caso dos projetos do setor de turismo, estar alinhados com as respetivas estratégias nacional e regionais para o setor do turismo;

4. Condições de elegibilidade: Operações (continuação)

- e) Ter uma **duração máxima de execução de 24 meses**, exceto nos casos devidamente justificados;
- f) **Iniciar a execução no prazo máximo de 6 meses**, após a comunicação da decisão de financiamento;
- g) Não ter por objeto empreendimentos turísticos a explorar ou explorados em regime de direito de habitação periódica, de natureza real ou obrigacional.

5. Critérios específicos de acesso

Os projetos a apoiar devem satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Contribuir para os objetivos e a prioridade deste Aviso de Concurso;
- b) Apresentar uma despesa elegível total, aferida com base nos dados apresentados na candidatura, **igual ou inferior a 3 milhões de euros**;
- c) Apresentar **um mínimo de despesa elegível** total por projeto de **50 mil euros**;
- d) Para efeitos de comprovação do **estatuto de PME**, as empresas devem obter ou atualizar a correspondente Certificação Eletrónica, através do sítio do IAPMEI;
- e) O investimento deve ser sustentado por uma **análise estratégica** que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio, diagnostique a situação da empresa nessas áreas críticas e fundamente as opções de investimento apresentadas;
- f) De forma a assegurar a capacidade de financiamento do projeto e a capitalização da empresa, para além da comprovação do financiamento bancário (quando aplicável), é exigida a comprovação da **realização mínima de 25% dos capitais próprios do projeto** até à data do primeiro pagamento;

5. Critérios específicos de acesso (continuação)

- g) Consideram-se enquadráveis os investimentos de natureza inovadora, relacionados com a **criação de um novo estabelecimento**, que se traduzam na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis com elevado nível de incorporação nacional;
- h) No caso de candidaturas do **setor do turismo** que visem o apoio a empreendimentos turísticos, apenas serão consideradas admissíveis, as de hotéis com características de elevada qualidade, notoriedade e nível de diferenciação que demonstrem um efeito estruturante na oferta, nas seguintes condições:
 - Criar unidades de **quatro ou cinco** estrelas em edifícios classificados como monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou de interesse municipal;
 - **Requalificar** hotéis existentes que tenham como objetivo obter a qualificação de quatro ou cinco estrelas;
 - **Requalificar** hotéis existentes de quatro ou cinco estrelas, tendo como objetivo a manutenção da classificação.

5. Critérios específicos de acesso (continuação)

- i) Ter **data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos**, considerando para o efeito como início dos trabalhos quer o início dos trabalhos de construção relacionados com o investimento, quer o primeiro compromisso firme de encomenda de equipamentos ou qualquer outro compromisso que torne o investimento irreversível, consoante o que acontecer primeiro. A compra de terrenos e os trabalhos preparatórios, como obtenção de licenças e a realização de estudos de viabilidade, não são considerados início dos trabalhos, **não sendo admitidos quaisquer adiantamentos para sinalização**;
- j) Os beneficiários deverão proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, nomeadamente, através da criação de uma ficha de projeto no seu *website*.

6. Forma, nível e limites do apoio

Os apoios a conceder no âmbito deste Aviso revestem a forma de **incentivo reembolsável**, sendo que pode ser concedida uma **isenção de reembolso correspondente a uma parcela** do incentivo reembolsável até ao limite máximo de 60%, em função do grau de superação das metas estabelecidas em sede de candidatura, relativamente aos seguintes indicadores:

- Indicador I1 - Valor Acrescentado Bruto (**VAB**);
- Indicador I2 - Criação de Emprego Qualificado (**CEQ**);
- Indicador I3 - Volume de Negócios (**VN**).

Os incentivos a conceder pelo **PO Regional de Lisboa**, no âmbito do presente aviso, são calculados através da aplicação, às despesas elegíveis, de uma **taxa máxima de 40%**.

7. Despesas elegíveis

São despesas elegíveis apoiadas pela presente medida as seguintes:

a) Ativos corpóreos constituídos por:

- Custos de aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar;
- Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o *software* necessário ao seu funcionamento.

b) Ativos incorpóreos constituídos por:

- Transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais;
- Licenças, «saber-fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente;
- Software standard ou desenvolvido especificamente para determinado fim.

7. Despesas elegíveis (continuação)

- c) Outras despesas de investimento, até ao limite de 35% do total das despesas elegíveis do projeto:
- Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, até ao limite de 5.000 euros;
 - Serviços de engenharia relacionados com a implementação do projeto;
 - Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia, associados ao projeto de investimento.
- d) Os projetos dos **setores do turismo e da indústria**, em casos devidamente justificados no âmbito da atividade do projeto, podem ainda incluir, como despesas elegíveis, **a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções**, desde que adquiridos a terceiros não relacionados com o adquirente, e com as seguintes restrições e limitações:

7. Despesas elegíveis (continuação)

- **40%** das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do **setor do turismo** que contribuam para atenuar a sazonalidade;
- **30%** das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do **setor do turismo** natureza, náutico e desporto;
- **45%** das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do **setor do turismo** exclusivamente dedicado à saúde;
- **20%** das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do **setor da indústria** que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional;
- **30%** das despesas elegíveis totais do projeto, no caso dos projetos do **setor da indústria** que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.

7. Despesas elegíveis (continuação)

No caso do projeto incluir **contratos de empreitada ou contratos de aquisição de serviços complementares**, dependentes ou relacionados com o objeto do contrato de empreitada, financiados em mais de 50% e cujos valores contratuais sejam iguais ou superiores aos limiares comunitários, deve ser cumprido o regime legal contido no Código dos Contratos Públicos.

Não são elegíveis quaisquer **despesas realizadas em data anterior à data da candidatura**, incluindo os estudos de viabilidade.

8. Mérito do Projeto

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização dos projetos é baseada no **indicador de Mérito do Projeto (MP)**, determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{MP} = 0,3 \text{ A} + 0,2 \text{ B} + 0,2 \text{ C} + 0,3 \text{ D}$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto na competitividade da empresa;

C = Contributo do projeto para a economia;

D = Contributo do projeto para a convergência regional.

Os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do MP e por data (dia/hora/minuto/segundo) da entrada de candidatura.

9. Serviços Scope Invest

Os nossos serviços de apoio ao processo de candidatura e execução do projeto são:

1

*Enquadramento
e preparação
Pré-candidatura*

2

*Instrução e
Submissão da
candidatura*

3

*Acompanhamento
na
contratualização*

4

*Apoio Técnico à
implementação*



SCOPE INVEST

funding experts

Porto

Largo Luís de Camões, Edifício Rainha,
9º Andar, Sala 1
3720-232 Oliveira de Azeméis - Portugal

Lisboa

Rua Fradesso da Silveira,
n. 4, Piso 3B,
1300-609 Lisboa

T. +351 256 092 076
T. +351 210 337 709
E. geral@scopeinvest.pt
www.scopeinvest.pt